

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2013.

(Do Deputado ROBERTO SANTIAGO, PSD/SP)

Solicita informações do Senhor Ministro da Defesa, Em decorrência da fixação em 2008 pela Estratégia Nacional de Defesa de um dos seus três eixos estruturantes, em torno da reorganização da indústria nacional de material de defesa.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa o seguinte pedido de informações:

Em decorrência da fixação em 2008 pela Estratégia Nacional de Defesa de um dos seus três eixos estruturantes, em torno da reorganização da indústria nacional de material de defesa para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das forças armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional, a Marinha do Brasil anunciou em 2010 as linhas gerais de PAEMB- Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha do Brasil, estabelecendo projetos e metas para o re-aparelhamento, expansão, e redistribuição de sua organização e capacitação de seu efetivo para realizar suas missões dentro do Plano.

Esse Plano, dividido em Equipamentos, Articulação e Recursos humanos, previa, respectivamente:

- 1- Dotar a Marinha de meios navais condizentes.

Essa meta nos leva a todos a refletir no status do Brasil atual e futuro (a) em face aos desafios definidos pelo controle e desenvolvimento da

exploração dos recursos minerais (petróleo, gás e nódulos submarinos polimetálicos), ambientais e de pesca na região de nosso domínio pelas estipulações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrado em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de Dezembro de 1982, (b) em face aos conflitos e ameaças potenciais na Bacia do Atlântico Sul, uma faixa muito mais ampla do que a já enorme superfície da nossa Amazônia Azul, e que apresenta zonas de disputa perigosa entre países a alguns dos quais estamos fraternalmente ligados, (c) em face às ameaças a liberdade de navegação como as que se agravam cotidianamente no Golfo da Guiné, e (d) em face às iniciativas unilaterais de outras potências mundiais que se arvoram como policiais do mundo e que estenderam a alçada do que era, até então, seu legítimo acordo defensivo, como o foi até Novembro de 2010 a Organização do Tratado do Atlântico Norte, e que se transformou pela Declaração de Lisboa em uma Nova Santa Aliança, unindo-se agora esses países na nova OTAN na defesa dos interesses de qualquer um de seus componentes em qualquer parte do mundo;

2- Criar uma segunda Esquadra para atender a estratégica região que vai do Nordeste brasileiro à foz do Rio Amazonas e de nossa fronteira setentrional, até a região oceânica correspondente a esta faixa. E reorganizar a estrutura das forças distritais, o apoio logístico, o sistema de ensino e treinamento naval e o sistema de segurança aquaviário;

Esta área, também potencialmente rica em recursos energéticos e de minerais estratégicos, onde hoje as nações que escutam abertamente nossas comunicações atuam quer nos cabos submarinos que passam pelo fundo do oceano, quer pela instalação do Sistema Echelon que está instalado com antenas parabólicas voltadas para nós na Ilha da Ascensão, que fica a 2400 quilômetros da costa brasileira.

3- Adequar as condições do pessoal militar e civil da Marinha, ampliando sua capacitação.

Nenhuma dessas atividades e metas elencadas é supérflua ou adiável. Envolvem, todas, recursos consideráveis que precisam ser equacionados e devidamente alocados de modo constante e por um prazo longo condizente com a magnitude da tarefa.

Nosso propósito, no momento, se centraliza na dotação de meios tecnológicos e industriais condizentes para que nossa Marinha possa realizar a tarefa da qual a nação depende em tão alto grau.

A velha cantiga, que geralmente vem de fora, de que o Brasil sendo um país pacífico não tem ameaças e logo não precisa se preocupar com defesa encontra por um lado resposta no que diz o Livro Branco da Defesa Nacional quando assinala que o Brasil deve assegurar a não ingerência externa em seu território e suas águas jurisdicionais, inclusive o espaço aéreo sobrejacente, o leito marinho e o subsolo. E por outro encontra resposta nas crises muitas vezes criadas por países poderosos sob a guisa de interesses humanitários, que disfarçam interesses econômicos hegemônicos. Quando ouvimos que somos espionados “para nosso bem”, ou que existem armas de destruição em massa que nunca foram encontradas depois da invasão que se originou na certeza de que elas existiam, não podemos deixar de estarmos preparados.

Um dos elementos mais importantes da nossa defesa naval teve seu início com a medida tomada pelo Governo Lula, com a intensa colaboração da então Ministra Chefe da Casa Civil, de lançar o Programa PROSUB, em uma iniciativa para dotar a Marinha do Brasil de quatro submarinos convencionais da Classe Scorpene, dentre um total de 15, e um submarino nuclear, dentre seis, sendo esse submarino nuclear para ser concebido, detalhado e construído no Brasil, mediante uma assistência tecnológica francesa. Não será, portanto um submarino francês fabricado no Brasil, mas um submarino brasileiro.

Esse projeto está sendo construído dentro do prazo, com recursos não-contingenciados, e foi incluído no PAC.

No entanto, a parte inicial do programa de re-equipamento de superfície do PAEMB, o PROSUPER, vem sendo objeto de importantes distorções e a demora de sua realização pode levar a distorções mais graves ainda. Já compramos navios recusados por Trinidad e Tobago, e a prova do estado em que nos encontramos é que esses navios foram julgados excelentes, se comparados com os meios que hoje dispomos.

Mas há novas ameaças no ar.

Os programas PROSUB e PROSUPER estão profundamente imbricados. Primeiro pelo fato de que as modernas tecnologias navais se entrelaçam, quer nos aspectos específicos das plataformas (cascos) dos navios, tais como furtividade (stealthness), deslocamento rápido no meio aquoso, defesa antiaérea e anti submarina, quer nos aspectos dos sistemas que fazem funcionar, defendem e permitem que essas plataformas realizem seus ataques e que são comuns em sua maior parte (salvo algumas especificidades) seja para um

submarino, uma fragata, uma corveta ou um porta-aviões. Segundo pelo fato de que se os submarinos convencionais ou nucleares são a mais importante arma de defesa naval de um país, as fragatas são os elementos dissuasórios visíveis essenciais, e elemento essencial na batalha contra os submarinos inimigos. “Showing the flag” faz parte da defesa nacional.

As notícias recentes do conflito potencial na Síria e a ação européia e americana na Líbia há um ano e meio mostram o papel das fragatas em confrontações navais.

Assim, um programa que se propõe a criar de 30 a 40 mil empregos diretos e de 100 a 150 mil empregos indiretos, de alta qualificação, e que deixa no país para outras necessidades nacionais tecnologias duais importantíssimas em metalurgia, comunicações, informática e gestão estratégica não pode se ver ameaçado com o passar do tempo, enquanto prioridades circunstanciais impedem seu lançamento pleno. Como diz o Livro Branco, a defesa nacional não é somente uma atividade dos militares. Ela é também, dentre muitos outros setores da nacionalidade, dos sindicatos brasileiros, pelo que representa de oportunidades de emprego e pela alta qualificação que exige, espalhando benefícios econômicos e sociais para uma ampla população.

O mercado de defesa é ironicamente contraditório, pois se por um lado os interesses dos países é mover-se dentro dele no máximo de sigilo, por outro, pela enorme complexidade e ramificações tecnológicas, empresariais e industriais do setor de defesa naval, raramente tais movimentos passam despercebidos. Múltiplos meses antes da Marinha anunciar a compra dos navios patrulha rejeitadas por Trinidad e Tobago já se perguntava nessa Casa se os rumores correntes em Londres tinham fundamento, o que, diga-se de passagem, nunca foram respondidos até que o fato da compra fosse consumado.

Existe hoje uma verdadeira liquidação de navios usados, particularmente nas marinhas européias pela crise pela qual vem passando há muito, e ofertas italianas, espanholas e alemães, além de outras americanas estão sendo promovidas junto ao Brasil pelas respectivas marinhas, intermediários e estaleiros interessados nas atividades de refurbishing, i.e. de modernização e adaptação dessas peças de 30 a 40 anos de existência desde a data de sua concepção.

Outra preocupação que nos acomete é a de que em lugar de obtermos as tecnologias que precisamos ter, venhamos a ter àquelas que queiram nos deixar ter...

O grau de interação dos países desenvolvidos em tecnologias militares e particularmente em tecnologias navais é bastante grande, e múltiplos organismos, formais e informais existem em que vários dos países

submissão para o PROSUPER participam diretamente. Acordos como Wassenaar, Itar, etc, sob a hipocrisia de evitar conflitos, cerceiam acesso de tecnologias e equipamentos a países como o Brasil. Acordos esses que não impedem ataques a países mais fracos, ou a subversão de governos legalmente constituídos como foi feito, por exemplo, no Chile de Allende, na Argentina nos anos setenta.

A uma Marinha que vê hoje mesmo a manutenção de seus navios comprometida com verbas escassas, o canto das sireias externas seria muito tentador, não fosse a resolução por ela tomada de evitar os erros do passado, que não foram seus, mas a afetaram profundamente.

Creemos que a Representação Nacional tem o direito e a obrigação de se inteirar do que está ocorrendo e que o Executivo, com as salvaguardas que o sigilo impõe, deve manter o Poder Legislativo plenamente informado do que está ocorrendo com o PROSUPER. As perguntas a seguir formuladas necessitam ser respondidas nos detalhes solicitados tendo em vista as amplas implicações de cada um deles.

Assim sendo, solicito ao Exmo Sr Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, informações sobre os seguintes pontos:

- 1- Quais os países e empresas de cada um desses países a que o Ministério da Defesa através da Marinha do Brasil consultou, e em que data, sobre os fornecimentos ao Brasil de tecnologia e equipamentos, para fabricação no Brasil de plataformas, sistemas e armamento, quando aplicáveis, referentes a (a) fragatas (b) navios multi-proposito, (c) navios-aeródromo, (d) navios de apoio logístico, (e) caças de ataque naval, (f) aeronaves de alerta antecipado (embarcados)?
2. Em que datas as consultas foram atendidas, qual o prazo de validade das propostas, quais as solicitações de extensão dessa validade, e qual o status atual de validade das propostas feitas?
3. Solicitou o Ministério da Defesa que os fornecimentos de tecnologia pudessem ser utilizados futuramente em fabricações brasileiras para vendas internacionais sem restrições?
4. Levando em conta as implicações de custo para comparações eficientes foi solicitado a cada um dos ofertantes, um estudo detalhado de como seria implementada a produção específica no Brasil da plataforma oferecida e dos sistemas pertinentes a cada tipo de embarcação oferecida? E se foi solicitado, houve a preocupação de exigir a otimização

dessa futura produção para dar a eventual produção nacional bases competitivas para futuras vendas no mercado internacional?

5. Dada a importância do montante para fornecimento que poderia decorrer para o submissor escolhido, em um mercado mundial de notória escassez, pela aceitação de sua proposta específica, foi aproveitada essa vantagem para serem feitas exigências detalhadas sobre a transferência para a indústria brasileira, do conhecimento para futuramente conceber, detalhar e fabricar sistemas e equipamentos julgados essenciais pelo Ministério da Defesa para o progresso da política de ampliação da autonomia tecnológica brasileira ou deixou-se a critério de cada submissor o que escolhesse nos transferir?
6. Foram solicitados aos submissores detalhes sobre localização provável e dimensionamento de estaleiros e fabricas dedicados a produção e integração dos componentes desses meios navais?
7. Favor detalhar, por tipo de plataforma solicitada no item 1 acima, quais os sistemas e armamentos oferecidos especificamente por cada um dos proponentes, identificando a origem nacional de cada um desses sistemas e armamentos propostos?
8. Levando-se em conta as praticas de ELINT (coleta de inteligência eletrônica) realizada dentro da região oceânica da nossa Amazônia Azul quer fora em sua contigüidade, através de embarcações militares ou civis em atividades clandestinas ou a partir de ilhas oceânicas como Ascensão e Santa Helena, foram solicitadas aos submissores de propostas referidos no item um acima tecnologias de guerra eletrônica, quer para detecção, quer para jamming dessas praticas de ELINT?
9. Quais as avaliações das praticas de transferência tecnológicas de cada um dos países fornecedores de sistemas e plataformas listados nas perguntas 1 e 7?
10. Levando em conta a situação de carga dos estaleiros civis nacionais, e as necessidades prementes de modernização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, como solucionar as necessidades do PROSUPER com a disponibilidade de instalações para construção naval militar?
11. Confirma-se para o caso brasileiro e para a realização do PROSUPER a tendência mundial de uso exclusivo em construção militar de navios de guerra da alta complexidade como fragatas, corvetas, submarinos e porta-aviões para estaleiros dedicados a esta atividade?

12. Considerada também a tendência mundial de concentração de estaleiros militares a um ou dois por país no máximo (mesmo que como nos casos espanhol, frances, italiano, britânico e holandês esse único estaleiro disponha de múltiplos sítios operacionais dedicados a navios diferentes) há uma propensão da Marinha do Brasil de resguardar a escala econômica do parque industrial a ser criado na sua política de aquisições?
13. Como vê o Ministério da Defesa a capacitação brasileira de ampliar a economicidade da base industrial a ser criada com o PROSUPER através de fornecimentos a outros países da America do Sul e da África?
14. Quem seria o depositário da tecnologia de concepção, desenvolvimento, detalhamento e fabricação de plataformas e sistemas do PROSUPER: a Marinha do Brasil, ela mais empresas privadas no formato de EEDs (Empresas Estratégicas de Defesa), ou apenas EEDs?

Sala de Sessões, em 2013.

Deputado Roberto Santiago (PSD/SP)